

Revisitando a *Questão do Nordeste*: representações de uma *região-problema*

Liduína Farias Almeida Costa(*)

RESUMO

A inserção do país na *globalização* no início da década de noventa impeliu a chamada nova elite cearenses a propor novas formulações para a antiga *questão Nordeste*: a bandeira da miséria deveria ser abandonada e a Região representada a partir de atributos passíveis de transformarem-se em vantagens comparativas diante do país e dos mercados mundiais. Considerando os percalços, mas também as possibilidades, de efetivação dessa proposta, *re-examino* matrizes discursivas do Nordeste como *região-problema*: o *Movimento Regionalista de 1926*, os romances *regionalistas* que tematizaram a seca e o relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN).

Reflico ainda acerca do debate acadêmico em torno da *questão Nordeste* e, finalmente, considero que o *Nordeste-paráiso* atualmente representado no contexto das disputas entre estados por investidores de fora é tão insidioso quanto o *Nordeste-flagelo* e que o debate da *questão regional* deve ser re-politizado, juntando-se a outros movimentos como, por exemplo, o dos ambientalistas.

ABSTRACT

The entry of the country in globalization in the beginning of the 90's led the so called new elite of the Ceará State to propose new formulations to the old Northeast problems: the misery flag should be abandoned and it should take place new qualities that could be seen as comparative advantages inside the country and before financial world markets. Considering inconveniences, and also possibilities, in achieving this proposition I re-examine discursive points of the Northeast as *area l-problem*: the *literary countryside movement of 1926*, the *countryside* romances that had the dry season as theme and the report of the work group to the Northeast Development.

I also think over the academic debate about the *Northeast problem* and, finally, I consider the paradise-Northeast, nowadays represented in the context of the disputes among States over investors from outside the country, is so false as the plague-Northeast and that the regional problem debate should be re-politicized, summing up other movements like, for example, the environment one.

Palavras-chaves: Região Nordeste, desenvolvimento regional, representações sociais.

Key-words: Northeast area, regional development, social representations.

Introdução

O Nordeste é objeto de debate no campo político, ininterruptamente. No meio acadêmico as análises a esse respeito tornaram-se relativamente escassas desde a disseminação da tese da tendência de homogeneização do espaço nacional, defendida por Oliveira¹.

No atual contexto de internacionalização da economia, o desenvolvimento regional é retomado no mundo inteiro, inclusive no âmbito de alguns blocos econômicos. Porém, no Nordeste brasileiro, apesar de exacerbar-se a pobreza, o assunto continua praticamente ausente da pauta política de segmentos *progressistas*, restringindo-se quase somente a agenda do segmento político hegemônico cearense.

Neste trabalho, *re-visito* representações matriciais que ajudaram a constituir o estigma da carência à região: o *Movimento Regionalista de 1926*² que, afirmando ser o *Nordeste* (do açúcar) a referência cultural do país, propõe um *federalismo de base regional*; os romances *regionalistas* que tematizaram a seca, exercendo um papel de mediadores simbólicos ao utilizarem referentes ficcionais extraídos do cotidiano popular, reinterpretando-os e propiciando sua re-entrada no imaginário coletivo e, finalmente o relatório do GTDN, cujos propósitos racionalizadores não foram suficientes para a superação de explicações de natureza mesológica das *disparidades regionais*. Compreendo ser possível construir novas formas de representação do Nordeste entendendo-as como sistemas socialmente produzidos que expressam a realidade de determinada perspectiva, deixando sempre abertas possibilidades de novas representações.

Destaco ainda, o debate acadêmico que no afã de desmistificar a *questão Nordeste* terminou por negá-la, influenciando segmentos *progressistas* a evitar o debate, deixando amplo espaço de ação, nesse sentido, para *velhas e novas elites*.

¹ Essa tese não deve ser lida como fato inexorável. Francisco de Oliveira afirma: sob determinadas condições históricas, mesmo a forma de expansão das relações capitalistas de produção pode não chegar a homogeneizar, de forma acabada, '*regiões que existem e persistem no território ou espaço onde já impera o sistema capitalista em sua plenitude*' (Oliveira, 1987:99). Em relação ao caso brasileiro, afirma: *A expansão do capitalismo monopolista no Brasil aponta no limite, para a dissolução das 'regiões', enquanto espaços de produção do valor especiais e diferenciados; por certo persistirão diferenciais setoriais, mas ninguém pode na verdade dizer que a reprodução do capital da Rbodia no Nordeste – para dar um exemplo – é diferente da reprodução do capital da Rbodia em São Paulo.* (Oliveira, 1987: 133).

² Também denominado, pelos seus idealizadores, como *Manifesto Regionalista do Recife*, ou *Manifesto Regionalista*.

1 – O Nordeste como região-problema: construção e representações.

É consenso entre estudiosos do assunto que o Nordeste é construção histórica, resultando de processos que culminaram com um desenvolvimento desigual e combinado no âmbito interno do próprio país.

O Nordeste enquanto região é definido na esfera política e o Estado nacional o seu protagonista mais destacado, através de ações como: *socorro ao flagelo* em tempos de seca, criação de instituições dirigidas à resolução de problemas da Região como o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e, finalmente, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

A definição da Região relaciona-se também à dinâmica do capital internacional que em conjunto com o nacional contribuem para a produção e oficialização desse espaço, ocasionando movimentos de modificação de sua territorialidade.

Nesse processo o Estado se apropria de idéias produzidas em múltiplos campos do saber, mas o relatório do GTDN é a referência fundamental. Sua importância na definição das fronteiras da Região é destacada por Celso Furtado ao afirmar que, na *Operação Nordeste*, partiu de uma *nova concepção* de Nordeste mais ampla que a estabelecida pelo IBGE:

Ora, do ponto de vista político, era importante incorporar a Bahia à região, tanto mais que no plano cultural, pode-se falar de uma matriz comum, devido à

contemporaneidade da colonização (séculos XVI e XVII), a preeminência de grandes plantações e a forte presença africana. A importância de incorporar o Maranhão, região subamazônica, estava em trazer para o Nordeste, um contingente de terras úmidas de considerável dimensão. Contando com a fronteira aberta maranhense e com a região úmida do sul da Bahia, desaparecia o constrangimento da pressão demográfica sobre solos aráveis, sendo possível pensar em um plano de ampla redistribuição de população na própria região. (Furtado, 1989:48).

Seguindo pensamento semelhante ao de Said (1996), admito que o Nordeste não é mero fato da natureza, como também não é apenas uma idéia ou uma *criação* sem correspondência com a realidade. As idéias, culturas e histórias relacionadas à Região têm vínculos com as relações de poder entre as distintas classes sociais e entre suas elites e as de fora. O Nordeste, conforme diria este autor, não é apenas um *mito* ou um mero discurso, passível de demolição mediante análises *desmistificadoras*.

Existem no Nordeste, especificidades de *natureza objetiva*, apontadas em narrativas de viajantes europeus, como Henry Koster e os naturalistas Spix e Martius, ou por brasileiros como Capistrano de Abreu, José de Alencar, Euclides da Cunha, Gilberto Freyre, Djacir Menezes, Josué de Castro e os escritores *regionalistas*³.

Não sendo o Nordeste uma *invenção ex-nihilo* nem possuindo uma natureza *essencialista*, e tendo especificidades *objetivas*, busco percebê-lo em seu processo de constituição, priorizando, neste trabalho, representações sociais que o tomam como *região-problema*.

³ De acordo com Landim (1992) a genealogia inclui: 1) *O sertanejo* (1875), de José de Alencar; 2) *O Cabeleira* (1876), de Franklin Távora; 3) *Os Retirantes* (1876), de José do Patrocínio; 4) *A Fome* (1890) e *O Paroara* (1899) de Rodolfo Teófilo; 5) *D. Guidinha do Poço* (1891), de Oliveira Paiva; 6) *Luzia Homem* (1903), de Domingos Olímpio; 7) *Aves de Arribação* (1913), de Antônio Sales; 8) *A Bagaceira* (1928), de José Américo de Almeida; 9) *O Quinze* (1930), de Raquel de Queiroz; 10) *Os Corumbas* (1933), de Amando Fontes; 11) *Vidas Secas* (1938), de Graciliano Ramos; 12) *Seara Vermelha* (1946) Gabriela, Cravo e Canela (1958), de Jorge Amado; 13) *Os Cangaceiros* (1953), de José Lins do Rego.

1.1 - O Nordeste do açúcar e o Manifesto Regionalista de 1926

No período colonial, segundo Oliveira (1987), existiram várias *regiões* no interior das atuais fronteiras do Nordeste e, como *região* o *locus* da produção açucareira que incluía Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas. As demais províncias (Ceará, Piauí e Maranhão) tinham atividades diferenciadas, à exceção da Bahia, que também se ligava ao capitalismo mercantil.

Mesmo que este espaço ainda carecesse da oficialidade para existir enquanto *região*, segmentos pertencentes às oligarquias açucareiras de *Províncias do Norte*, como as de Pernambuco e Paraíba, em crise ao final do século XIX, desempenharam papel importante na produção da idéia de *Nordeste* como *região* portadora de *problemas*. Refiro-me aos posicionamentos de senhores de terra e produtores de açúcar das referidas Províncias, durante o *Congresso Agrícola do Recife*, realizado em 1878, conforme Silveira (1984).

Na década de vinte do século passado, participantes do *Movimento Regionalista* sugerem o termo *Nordeste* para nomear esse espaço. O movimento discutia os problemas da *região*, sendo definido por Gilberto Freyre como:

um esforço de renovação cultural mais de dentro para fora do que de fora para dentro (...). Sem ter lhe faltado, em alguns pontos, inspiração européia - sobretudo a do irlandismo de William Butler Yeats - e norte-americanas; sobretudo de sua 'New Poetry' e de sua 'New History' e da antropologia renovadora de Franz Boas. (Freyre, 1976:13-14).

Embora considerado como *movimento de reabilitação de valores regionais e tradicionais desta parte do Brasil*, percebe-se outras motivações e propósitos do *movimento*, situando os *problemas* levantados pelo mesmo no contexto da *política dos governadores*.

Conforme analisa Levine (1975), o sistema republicano despojara Pernambuco do poder político possuído durante o período imperial, reduzindo-o a uma situação

de segunda ordem e expondo-o à ameaça permanente de intervenção federal. Esse estado tornara-se impotente até em relação à defesa dos seus interesses contra os vizinhos mais frágeis.

No contexto antes assinalado, as oligarquias paulistas, comandando o governo, protegiam seus interesses econômicos e políticos, controlando a política monetária e cambial, contratando empréstimos externos e interferindo nos estados de menor poder.

A crítica a essa interferência ou a indiferença para com esses estados eram, de fato, as principais tônicas do *Movimento Regionalista* que reivindicava um *federalismo de base regional* sem, entretanto, romper com o estadualista. O *Movimento* visava ao soerguimento do poderio das oligarquias açucareiras em crescente desvantagem política e econômica desde o final do século XIX, relativamente aos cafeicultores paulistas ou seus representantes políticos.

Apesar de não serem apenas os estados do Nordeste que perdiam poder para São Paulo, essa perda tinha um significado especial para os *descendentes* da Casa Grande & Senzala.

Ao mesmo tempo em que reivindicava uma posição mais favorável no pacto federativo vigente, o *Movimento Regionalista* desempenhava um papel de articulador simbólico, quanto à diferenciação do espaço açucareiro. Através de suas análises colaborava para uma delimitação espacial mais clara do que a articulada pelas oligarquias do açúcar, ao final do século XIX.

Os *problemas do Nordeste* resumir-se-iam, segundo o movimento em referência, no fato de a *Região* ter-se tornado *vítima* de estadistas e legisladores que se omitiam diante do *pára-imperialismo* dos grandes sobre os pequenos estados, desconsiderando a *articulação inter-regional*. O principal problema do *Nordeste açucareiro*, conforme os regionalistas, era a indiferença dos grupos hegemônicos do país, voltados exclusivamente para a *região do café* após a instauração da República - também objeto de críticas do *Movimento*.

Não obstante o federalismo brasileiro dos anos vinte entrasse na pauta de refutações do *Movimento Regionalista* não há, de sua parte, qualquer indício de ruptura com o *modelo político* vigente: uma *administração nacional* com base nas especificidades das *regiões naturais e sociais*, sintetizava sua proposta.

Embora tal o *modelo político* fortalecesse a hegemonia cafeeira, não parecia de todo maléfica para as oligarquias do *Nordeste*. Tanto que, sua proposta girava em torno de um pacto inter-regional, justificado numa *representação espacial natural de Nação*, objetivando a defesa dos interesses das oligarquias açucareiras, embora defendesse que os problemas da economia nacional e o trabalho fossem tratados regionalmente.

Na verdade, o *Movimento Regionalista de 1926* não reivindicava a reabilitação da Região em si mesma, porém um *lugar ao sol* no pacto federativo instituído com a República. Tanto que, não rompe com as idéias de *provincialidade* ou *estadualidade*, mas apenas as coloca em lugar secundário.

Tendo por troncos os mesmos em que se fincavam as ressentidas oligarquias açucareiras que, ao final do século XIX, os *regionalistas* vivenciavam o enfraquecimento do seu poderio econômico e a transmissão do seu poder político para as oligarquias do café, externando saudosismo em relação às anteriores formas de dominação: ao jugo português.

Criticando as formas de dominação constituídas em função da nova divisão do trabalho instaurada pelos capitais ingleses e americanos, o *Movimento Regionalista*, parecia pretender uma volta ao passado glorioso da *Casa-Grande & Senzala*. Defendia a reabilitação de valores de origem portuguesa ou oriental - pela via cultural -, desde a culinária à estética da cidade, evocando o *gênio dos mouros* considerando-os *mestres em tanta cousa*.

O esforço de reabilitação dos *valores regionais* prossegue com a obra de Gilberto Freyre, que admite a existência de uma *quase-raça* na *região* (a de homem moreno do Nordeste) e compara a *civilização do açúcar*, a *outras doentes que porém dão pérolas*. Embora o Nordeste tenha sido a *mais patológica das civilizações* que floresceram no Brasil, foi a que mais enriqueceu de elementos característicos a cultura brasileira, diz Gilberto Freyre.

1.2 - O Nordeste das secas segundo os escritores regionalistas

A *seca do Nordeste* é socialmente construída e seu significado altera-se com as circunstâncias sócio-econômicas e políticas do país e da Região. Não obstante as ocorrências de estiagens desde os primórdios da colonização, seus efeitos só adquirem repercussões políticas de vulto quando interesses de grupos dominantes são afetados.

No século XIX, a *seca* torna-se calamidade social em virtude do rebaixamento dos preços do açúcar, da venda de escravos para o Sul, do crescimento demográfico e, segundo Domingos Neto (1997b), da perda dos *traços originais da pecuária extensiva* que, objetivando reproduzir-se, introduz a consorciação de gado com produtos de subsistência e algodão, enquanto estratégia de salvação⁴. A *seca* não seria determinante da quebra do processo produtivo da criação de gado e sim, a *gota d'água* na sua desorganização.

O *Nordeste das secas* surge com a estiagem de 1877-1879, no contexto antes descrito, quando, em conseqüência da desorganização da economia, levas de sertanejos até então ocupados nas atividades agrícolas e pecuárias migram para as cidades, especialmente as do litoral, em busca de sobrevivência.

Alteram-se sociabilidade e costumes, no cotidiano das áreas afetadas pela estiagem e nas cidades receptoras de imigrantes sertanejos. Essas transformam-se em *abarracamentos* de desocupados e mendigos que *deploram* os valores sócio-familiares, alimentares e sexuais então vigentes.

O *Nordeste das secas* foi captado através de várias lentes, destacando-se as dos escritores *regionalistas* que, antecipando-se aos cientistas sociais, produziram *análises sociais* de valor documental incontestes.

⁴ Conforme este autor, eram traços originais da pecuária extensiva: a tendência à rápida expansão linear imposta pela constante necessidade de terras para ampliação do rebanho; a ausência de investimentos ponderáveis de capital; relativamente pequena absorção de mão-de-obra nas unidades produtivas; acentuada dependência dos fatores naturais para complementar a alimentação humana; vigoroso processo de formação de mercado interno e graves problemas de convívio com a agricultura; extraordinária capacidade de esgotamento das condições naturais do solo; permanente e multifacetário uso da violência armada, privada, nos conflitos de interesses.

A Seca no Romance Regionalista

Os escritores *regionalistas*, embora nem utilizem a expressão *Nordeste*, contribuíram significativamente na construção de representações sociais da Região como área de *flagelo*, ao retratarem as condições de miséria das áreas e populações sertanejas afetadas pela *seca*, as posturas de grupos dominantes que tiravam proveito da situação de calamidade e, as ações específicas do poder público sobre aquele fenômeno.

São recorrentes no romance *regionalista* (tanto o realista-naturalista como o modernista) que tematizou a seca, os seguintes elementos: a miséria, o flagelo, o misticismo, a ignorância, o fatalismo e a submissão, por parte dos *retirantes*; a violência, a insídia, a iniquidade e a corrupção da parte das elites urbanas e do poder público. Em conjunto, esses elementos ajudam a constituir o estigma da *nordestinidade*, na medida em que evidenciam traços de *anormalidade* da população sertaneja metamorfoseando-se ou já transformada em *retirantes*.

O palco por onde se desenrolam as cenas descritas no romance é a natureza em estado de desolação e as mesmas evidenciam atos *repugnantes* ou *eticamente inaceitáveis* do sertanejo destituído de sua dignidade: sujeito aos caprichos da natureza e, uma vez transformado em *retirante*, submisso às *leis* da sociedade.

Os escritores *regionalistas* não afirmam que a quebra do processo produtivo seja determinante dos *problemas sociais*, porém uma relação de causalidade desta ordem pode ser lida nas entrelinhas de suas obras. A *seca* é tratada enquanto matriz geradora de todos os *malefícios* que atingem trabalhadores e fazendeiros de modo indiscriminado. Igualados pelo sofrimento, reagiriam às desditas ora como mero espectador diante dos *caprichos da natureza* que lhes nega as condições de reprodução da vida, ora com *herói-lutador* diante da perspectiva de morte.

Encarada pelos sertanejos como *desgraça* ou *sentença de morte*, a *seca* desencadearia uma seqüência de ações expressivas de ignorância, misticismo e impotência. Primeiramente, apelariam para as *experiências*: observações aos sinais emitidos pela Natureza, como a *lua sem lagoa* prenunciando a seca; o *ronco das guaíbas* ou o *zunzum* da Itaquiara anunciando o inverno; a

consulta aos horóscopos populares; a experiência das pedras de sal no dia de *Santa Luzia*; as indicações do *lunário perpétuo*; e a mais decisiva de todas, a falta de chuvas no dia de São José (19 de março).

Chegando à conclusão de que não haveria inverno, os sertanejos mais obstinados curvando-se aos *desígnios divinos*, empenhar-se-iam, honrosamente, na luta *contra o flagelo*, conforme descreveu Rodolfo Teófilo:

De alvião às costas, acompanhado dos escravos, vai dar combate. Desce à primeira cacimba, que encontra e, com coragem heróica, é quem começa o trabalho. Os alviões retalham a rocha e as pás atiram-na para longe (...). A camada pastosa foi-se refazendo-se e em breve tocavam os ferros no dorso de uma rocha de granito (...). Desprezado o primeiro bebedeiro, procurou outros, e assim numa luta sem tréguas com a seca, sempre vencido, assistia ao aniquilamento de seus rebanhos. (Rodolfo Teófilo, 1979:6).

Entretanto, até o mais honrado e obstinado dos sertanejos teria como *destino* certo o êxodo, após a venda de seus pertences, inclusive objetos sagrados e, caso sobrevivesse, a condição de *retirante* na cidade.

No deslocamento do sertão para as cidades iniciar-se-ia a metamorfose do sertanejo em *retirante*, consolidando-se nos *abarracamentos* ou *campos de concentração* organizados pelo poder público.

Tal como em *Os Sertões*, os protagonistas do romance *regionalista* são homens condenados às imposições de um meio-ambiente hostil e indiferente, não obstante os apelos desesperados dos sertanejos às divindades. Escreve José do Patrocínio:

Começou desta data a devoção solene, mas foi inteiramente vão o apelo para o céu diante da misantropia da natureza. Os dias secos e ardentes continuavam a devastar o gado, as plantações e as pastagens, ao passo que os rios e os açudes empobreciam como fidalgos pródigos. (...) A claridade elétrica do luar, caindo então sobre a comum tristeza, parecia o olhar esgazado de miséria a magnetizar o povoado. (1972:23)

Re-visitando a *Questão do Nordeste*: representações de uma região-problema

Em estado *famélico*, os *retirantes* liberariam seus instintos animalescos desmoronando a *ordem* ignorando valores morais como o respeito à propriedade e a preservação da família. Com a sociedade em processo de degeneração, surgiriam oportunidades para a germinação ou o desenvolvimento do banditismo ou do cangaço.

Esgotados os alimentos, os *sertanejos-retirantes* alimentariam-se de cardos, raízes intoxicantes e mortíferas, palmitos amargos, animais encontrados mortos (disputados por cães e urubus) e até animais de estimação como cachorros e papagaios que *integravam* o grupo familiar.

Na fase de desespero, os *retirantes* praticariam o canibalismo e até a autofagia, representadas no romance *regionalista* a partir de uma conotação eminentemente moral ou como loucura e animalidade.

Cenas repugnantes e mórbidas, retratando as condições dos *retirantes* nessas condições, são retratadas por Rodolfo Teófilo, remetendo a um passado de fartura e a um presente de miséria.

... Não era um bicho mas um homem que a fome reduzira a bicho (...). Os dentes completos, de branco esmalte, sem lábios mais que os cobrissem, num riso perene de ironia e mofa, brilhavam em lúgubres cintilações, mais horripilante tornavam-lhe a figura (...). Aquela nudez obscena que o delírio famélico espunha sem rebuço, sem consciência, mas também sem sensualidade; à vista de um esqueleto, mas de um esqueleto com sexo o aterrava, porque ia violentar a castidade dos sentidos de Carolina (...). As narinas dilatam-se-lhe mais, fareja, sorve o cheiro daquela carne sadia na qual tem ímpetos de saciar a fome, de rasgá-la a dentadas. (Rodolfo Teófilo, 1979:34).

Corrupção e violência instituída

A intervenção do Estado sobre os problemas ocasionados pela *seca*, definir-se-ia pela corrupção dos seus prepostos ou através da violência policial. Os *socorros públicos* destinados aos *retirantes* seriam manipulados por agentes estatais administrando-os de modo

discriminatório e mesquinho, priorizando protegidos de autoridades ou famílias bem relacionadas, ou utilizando-os como arma de sedução de donzelas sertanejas, mesmo as de famílias honradas.

Uma identificação entre *assistência pública* e violência, expressando a incúria e perversidade das elites políticas, encontra-se em várias passagens dos romances em apreciação.

Mais de mil infelizes, magros e esfarrapados, cercando à distância um comboio de víveres, pediam aos comboieiros punhados de farinha para matar a fome.(...) uma retirante se aproxima destes e de joelhos apresenta o filbo, uma criançinha a expirar de fome, e pede um pouco de farinha pelo amor de Deus. Uma bofetada tremenda, dada por um dos comboieiros, fá-la rolar no chão, por cima do filbo.(...).

- Não espanco ninguém, garanto e defendo os víveres que me foram entregues e pelos quais sou responsável. (Id. Ib., p.42-43).

O controle social efetivado por meio de violência policial nos *abarracamentos*, nos trajetos para o trabalho ou em outros aglomerados de *flagelados*, sob os pretextos mais injustificáveis, representa a face mais explícita da violência do Estado. Descreve Rodolfo Teófilo:

A soldadesca se aproximava mais e mais (...).As mulheres tremiam de medo (...). Os homens, envergonhados de sua fraqueza, cravavam o olhar no chão! (...).As patas dos animais pisavam os infelizes, que a prancha do soldado lançava por terra! Na areia rolavam, estorcendo-se, homens e mulheres, cuja epiderme, ainda coberta de cicatrizes [de varíola], havia sido rasgada. Debandou-se em um instante o grupo.

- Basta por hoje de ensino, não faltará ocasião de surrar esta canalha. (Id. Ib.:180/181).

A miséria dos *retirantes*, em si mesmo, justificaria a ação violenta dos agentes estatais, não importando a posição anterior dos que se achavam sob aquela condição. É o caso do coronel Manuel de Freitas, personagem de Rodolfo Teófilo, que apesar de zelar pela sua honra e a da família, é destituído da honorabilidade conferida pela patente, face ao empobrecimento e à identificação com a *canalha*. Escreve, o ficcionista:

- Fora, velho, nem mais um pio, disse-lhe um soldado, pondo-lhe a mão no ombro (...).

- Não me toquem, repito, não posso ser conduzido por inferiores; sou coronel da Guarda Nacional.

- *Conduzam, que a farda que veste é de mendinho.* (Id.Ib., 1979:187-189).

Em síntese, as representações da natureza como mórbida ou misantropa e do sertanejo como *traço humano*, contribuíram na constituição de imagens do Nordeste como região de *flagelo* e dos nordestinos como *povo inferior*, ainda hoje re-editadas pela imprensa, como marcas definidoras da Região.

1.3 - O Nordeste como problema para o desenvolvimento

Os *Nordestes* (canavieiro e do gado) chegam a uma profunda crise no final dos anos cinquenta, em consequência da divisão nacional do trabalho forjada no país a partir da década de trinta, sinalizando, Conforme Oliveira (1987), o movimento diferencial de acumulação nas relações entre os *Nordestes* e o Centro-Sul.

Não obstante a hegemonia de São Paulo fosse reforçada mais uma vez na década de cinquenta com o novo padrão de industrialização do governo Juscelino Kubitschek, este resolve redefinir as ações estatais no Nordeste, enfrentando o problema social tido como o mais explosivo do país. O GTDN é criado e, sob a coordenação de Celso Furtado, formula um diagnóstico da Região ao tempo em que propõe uma ação planejada sobre essa realidade.

O diagnóstico do GTDN fundamentava-se na concepção teórica de *centro* e *periferia* formulada pela CEPAL. Conforme Furtado (1997:376), tratava-se de uma visão estruturalista que implicava *globalizar* e, assim, perceber a desigualdade fundamental entre o *centro* e a *periferia*. *A lógica do centro era uma, e a da periferia era outra*, diz o autor. E acrescenta: *isso nos armava para formular uma teoria do imperialismo, que não necessitava desse nome, o qual afugentava por sua conotação marxista*⁵.

A Região foi considerada no GTDN como *questão de desenvolvimento nacional* e obstáculo ao desenvolvimento econômico do país. Seu primeiro e mais grave problema seria a *disparidade de níveis de renda* em relação ao *Centro-Sul* do país, além da pobreza e concentração de renda na própria Região.

O relatório identifica várias *diferenças estruturais* entre o Nordeste e o Centro-Sul, como: menor população ativa; maior número de pessoas ocupadas na agricultura; menos disponibilidade de terra por homens ocupados no trabalho agrícola; quantidade inferior de capital investido na agricultura e menor grau de capitalização nas indústrias.

Outro aspecto levantado pelo GTDN diz respeito às *disparidades de ritmo de crescimento econômico*, tomando por base a desproporcionalidade do crescimento da renda *per capita* entre o Nordeste e o Centro-Sul. Esse *des-ritmo* de crescimento constituiria o *principal problema econômico do Brasil* (Id. Ib., p. 21).

Assinalando tais disparidades, o relatório explicita sua concepção *dualista*: o país comportaria dois sistemas econômicos, o industrial (Centro-Sul) tendente à autonomia e o agrícola (Nordeste) tendente a figurar como a *mais extensa e a mais populosa zona subdesenvolvida*

⁵ Vale destacar que não havia um pensamento homogêneo na CEPAL e sim um esforço dos seus mais destacados teóricos em romper com as idéias do *pan-americanismo* e evidenciar as relações de dominação entre os estados Unidos e a América Latina. Celso Furtado (1995:100), destaca o confronto entre os teóricos da CEPAL, liderados por Raul Prebisch, e personalidades dos Estados Unidos que, não admitindo um pensamento independente na América Latina, indagavam: *“Quem eles pensam que são, são uns ignorantes”*. (Celso Furtado. Entrevista à Carlos Marllorquín. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n° 41, 1995).

Re-visitando a Questão do Nordeste: representações de uma região-problema

deste continente (Id. Ib., p.21), contendo a possibilidade de antagonismos entre ambos e de fragmentação da unidade nacional.

A existência de um *centro* e uma *periferia* no país é atribuída a fatores econômicos gerados em razão do desconhecimento do governo acerca dos problemas decorrentes da *disparidade regional*, desembocando numa inadequada política de desenvolvimento do país.

O relatório aponta várias outras causas importantes do atraso do Nordeste, como: a transferência de recursos para o Centro-Sul, devido ao tipo de política de desenvolvimento efetivada em favorecimento desta região; as relações comerciais entre o Nordeste, o Centro-Sul e o exterior; bem como a diluição de recursos transferidos pelo governo federal - principalmente nos *anos secos* - em obras assistenciais.

Outros aspectos considerados relevantes nesse sentido, são: o peso da carga tributária que não seria condizente com o nível de renda da Região; a inviabilidade das exportações de produtos primários face às *condições naturais desfavoráveis* e, finalmente a seca na zona semi-árida, reduzindo metade da população trabalhadora à condição de indigência.

Embora alguns autores admitam não haver uma hierarquização dos problemas apontados no relatório do GTDN e o próprio Celso Furtado considere que a questão econômica foi priorizada na definição dos problemas regionais⁶, encontram-se no mesmo inúmeras passagens que revelam o contrário, como por exemplo: após apontar as *diferenças estruturais* em relação aos *dois sistemas*, o relatório dá destaque especial ao meio, quando afirma:

Observadas na sua totalidade (...) duas causas básicas respondem pelo mais baixo nível da renda do Nordeste: escassez relativa de terra e menor acumulação do capital. Sem embargo, como a acumulação de capital é, por si mesma sintoma do estágio de desenvolvimento, infere-se que a verdadeira causa do atraso da economia nordestina, em face da do Centro-Sul do Brasil, está na pobreza relativa do seu suporte físico. (Grifos meus). (Id. Ib., p.17).

Conferindo tamanha importância às intempéries da natureza, o GTDN chega a sugerir através de uma de suas diretrizes a criação de programa de colonização no Maranhão, para receber os nordestinos residentes em áreas de cultivos de subsistência⁷. A viabilização de tal objetivo implicaria o elastecimento das fronteiras nordestinas, interpretado por Celso Furtado, não como uma retirada da população do seu *habitat*, mas como uma forma de *trazer para o Nordeste um contingente de terras úmidas de considerável dimensão*. (1989:48).

O autor admite ter dado uma *nova definição* ao Nordeste considerando-o problema de desenvolvimento nacional. Desde então, a Região passaria a ser considerada pelo poder central como problema social e político e não mais como *trambolho e nódoa*, adquirindo a possibilidade de transformar-se *num dos pontos mais altos* do governo JK.

Não obstante, o próprio Celso Furtado refere-se ao *fim melancólico* da *Operação Nordeste* no início da ditadura militar apoiada das oligarquias nordestinas, além de seu exílio. Comenta: *dedicava anos a organizar minha fantasia, na esperança de um dia transformá-la em instrumento de ação a serviço do meu pobre e desvalido Nordeste. Agora, essa fantasia estava desfeita*. (Furtado, 1989:201).

⁶ Entrevista de Celso Furtado à *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, v. 28, nº 4, p. 377-386, out/dez 1997.

⁷ Diretrizes do GTDN: a) *intensificação dos investimentos industriais, visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira; transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deverá ser intensificada; c) transformação progressiva da economia das zonas semi-áridas no sentido de elevar sua produtividade e torná-la mais resistente ao impacto das secas; d) deslocamento da fronteira agrícola no Nordeste, visando incorporar à economia da região as terras úmidas do binterland maranhense, que estão em condições de receber os excedentes populacionais criadas pela reorganização da economia da faixa semi-árida*. (GTDN, p.14)

De fato, o GTDN não superou por completo a *representação mítica* do Nordeste, produzida sob a influência do pensamento de Gilberto Freyre, nem a idéia de ambiente inóspito de Euclides da Cunha, recuperada pelo romance *regionalista*. Conforme já exposto, Celso Furtado afirma ter idealizado a incorporação da Bahia ao Nordeste, invocando uma *matriz cultural* comum entre Pernambuco e Bahia, remetendo aos tempos coloniais. As recomendações de que fossem transferidas *algumas centenas e milhares de pessoas* da região semi-árida para *frentes de colonização* no interior dos estados do Maranhão e Goiás resumem o *fundamento euclidiano* de que o meio ambiente seria incapaz de suportar o homem.

1.4 - A Questão Nordeste no debate acadêmico

Inspirando-se em Francisco de Oliveira, estudiosos do assunto contestam as formulações do Nordeste como problema e, em tom crítico, disseminam a expressão *questão Nordeste*⁸.

Dentre esses autores, Gadiel Perruci é o que empreende mais esforços sistemáticos no sentido de *traçar uma linha clara de análise da 'Questão Nordeste'* (Perruci, 1984:12). Suas origens estariam na constituição do Estado nacional brasileiro, na medida em que distintos espaços até então caracterizados por suas particularidades geográficas e tipos de produção, teriam se consolidado como *regiões* em função da *divisão internacional do trabalho*.

Descartando a idéia de *centro e periferia*, adotada pelo GTDN, e admitindo a de complementaridade do processo histórico, Perruci considera o Brasil e o Nordeste como *economias complementares*. No caso específico do Nordeste, o papel *complementar* seria verificado desde o século XIX, em relação ao Sudeste cafeeiro e, neste século, em relação ao Sudeste industrial.

Partindo de uma opção teórico-metodológica que cinde o *real* e as *representações do real*, o autor aborda a *questão regional nordestina* a partir de duas perspectivas: uma que considera material e outra considerada ideológica.

Do ponto de vista material, Perruci indica tratar-se de progressivas perdas sofridas pelo Nordeste, em virtude das suas condições de *economia complementar*. Essas condições seriam alteradas ao longo da história da acumulação capitalista do país, configurando-se a partir de definições e redefinições das funções das diferentes regiões, de acordo com os interesses do capital internacional ou nacional em distintos períodos.

No início da década de sessenta, segundo Perruci, uma crise estrutural no país (decrésimo da taxa de reprodução do capital monopolista, até o limite mínimo suportável) teria exacerbado as *desigualdades regionais*, colocando a indústria tradicional do Nordeste no limite de sua expansão, mantendo um elevado nível de exploração da força de trabalho e limitando a expansão do mercado consumidor.

Quanto à perspectiva *ideológica*, o autor elabora uma crítica cujos referentes são *os reclamos do Congresso Agrícola do Recife de 1878* e a produção intelectual sobre a Região a partir dos anos vinte do século passado, principalmente a de Gilberto Freyre.

Perruci considera que, do ponto de vista ideológico, a *questão nordestina* constituir-se-ia como *ponto de inflexão ideológica da classe dominante*, como embrião da dualidade, *tradicional versus moderno* e *ponto de desvio da atenção dos reais problemas* da população brasileira *para um pretexto quase mórbido*, consubstanciado na *miséria nordestina*, utilizada como *desculpa para a intervenção salvadora do capitalismo do Sudeste, ideologicamente vendida (...) através do mito do planejamento*. (pp.26-27). Assim entendendo, Perruci chega à conclusão de que [da perspectiva ideológica]:

a 'Questão Nordeste' aparece como um dos mecanismos ideológicos que funcionou como válvula justificadora da debilidade dos grupos dominantes locais, ao mesmo tempo em que serve de instrumento de dominação e de domesticação da força de trabalho, desviando-a ideologicamente da contradição fundamental existente entre as classes (Perruci, 1984:26).

⁸ Seminário Nordeste - Estrutura Econômica e Social, Desenvolvimento e Processos Políticos, realizado na Universidade Federal de Pernambuco, em 1984.

Re-visitando a *Questão do Nordeste*: representações de uma região-problema

O autor chega a duas conclusões básicas: a formulação de uma *questão Nordeste* pelas classes dominantes regionais teria produzido um *Nordeste-mito* ou um *Nordeste-discurso* que, transformado em realidade, ter-se-ia aprofundado no imaginário da população. A segunda conclusão do autor é que o Nordeste seria resultado de estratégias do capital. E como tática, a questão regional representaria, rigorosamente falando, um falso problema científico e político (Perruci, 1984:30).

Ao cindir seu objeto de análise em duas instâncias - uma material que seria real e outra situada no patamar das representações sociais, que constituiria um falso problema, visto ser de cunho ideológico - o autor cria um impasse de ordem teórica: concebe a ideologia enquanto falseamento da realidade, ao tempo em que parece admitir a possibilidade de instituição de uma realidade (o Nordeste) a partir do imaginário.

Ao tomar a ideologia como falseamento da realidade, ou, como diz Geertz (1989:171), *apenas como uma luta universal por vantagens*, Perruci supervaloriza o poder das elites nordestinas, como se fossem apenas estas, as forças instituidoras do Nordeste como região, quando na realidade sua criação é histórica, portanto coletiva, e não monopólio de um segmento social.

Ampliando o debate

Ao final da década de oitenta, Carvalho (1987), amplia a discussão acerca da *questão Nordeste*, ao afirmar que as concepções sobre a mesma variam em função dos interesses e posições de distintos atores sociais em diferentes contextos.

Segundo essa autora, o grande público associa a referida questão à pobreza dos seus habitantes, meio físico desfavorável, efeitos da seca, atraso econômico e outras mazelas sociais. No âmbito técnico e acadêmico diria respeito aos desequilíbrios ou disparidades entre o Nordeste e o Centro-Sul. Na interpretação de Oliveira (1987) haveria uma ênfase na divisão inter-regional do trabalho e na integração e homogeneização do espaço

econômico nacional, bem como o questionamento acerca da existência atual de uma região ou de uma *questão Nordeste*, tal como antes concebidas. (Carvalho, 1987:33/34).

Centrando suas análises nas formas de intervenção do Estado sobre os problemas considerados como componentes de uma *questão Nordeste*, durante a ditadura militar de 1964, a autora chega a conclusão de que: não existiria uma *questão Nordeste*, porém várias, ou pelo menos uma, constituída de múltiplas faces. Da perspectiva do capital, a *questão* teria recebido um tratamento *correto*, porém da perspectiva da distribuição da renda ela teria se agravado, resume a autora.

A década de noventa e a re-edição do debate

Em 1991, a Associação Nacional de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR) realiza o seminário *Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil*, tendo como um dos principais objetivos *retomar a discussão regional*.

O contexto era o da retomada de discussões políticas em torno do Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL) e havia no meio acadêmico. Haveria possibilidades de redefinição da divisão inter-regional do trabalho no Brasil e de reconcentração espacial com um aprofundamento das *disparidades inter-regionais*: prognosticavam teóricos como Diniz (1995) e políticos nordestinos, sobretudo integrantes da nova elite cearense no senado federal⁹.

Carleial, responsável pela temática regional, durante o seminário em referência, considerou a necessidade de uma *decodificação urgente* da tese da homogeneização do espaço nacional, admitindo que a integração ocorrida no país não teria eliminado as regiões. Também considerou importante continuar pensando *a região* para compreender o movimento do capital no país, as possibilidades de sua inserção no cenário internacional e, sobretudo, o futuro da sua população.

⁹ Refiro-me à Comissão Especial Mista do Congresso Nacional para os Desequilíbrios Econômicos Inter-Regionais Brasileiros, cujo proponente e relator era o senador cearense do BSDB, Beni Veras.

Tecendo críticas ao *regionalismo nordestino*, a autora definiu a *questão regional* como *uma forte expressão da economia política*, e justifica: *esta é uma questão de poder e de poder político, que se exprime na luta travada no interior do Estado. Por tal razão a questão regional sempre emerge num quadro de crise* (Carleial, 1993:53).

No entanto, destacou o equívoco dos que acreditam na falência da Região e do regionalismo no país, porém a possibilidade de redesenho das relações inter-regionais em virtude do MERCOSUL.

Retomar a discussão, segundo a autora, seria também uma forma de combater o regionalismo de sentido *espúrio*; um meio de disseminação do conhecimento sobre a Região para as demais, visto que a falta de conhecimento propiciaria práticas culturais estigmatizantes, além de um possível *caminho para a popularização da questão regional e (...) sua incorporação pelos movimentos sociais* (Carleial, 1993:55).

As manifestações de carácter *separatista* no Sul e Sudeste brasileiros, no início da década de noventa, motivaram em Oliveira (1993) as seguintes reflexões. A *questão Regional* seria uma fratura na unidade nacional constituindo-se, naquele momento, como *fratura exposta*, comparada à guerra civil entre o IRA e a Irlanda, ao separatismo da Liga Lombarda na Itália e à limpeza étnica na ex-Iugoslávia.

Tratar-se-ia de uma unidade nacional *mal resolvida*, devido às alianças entre as burguesias cafeeiras emergentes no século XIX no Sul e Sudeste e a burocracia imperial, que impondo uma *organização primitiva* da concorrência entre setores dominantes teria dificultado a industrialização de outras regiões. Como nas clássicas *questões regionais*, permaneceriam dois problemas: o agrário e o do mercado da força de trabalho, solucionados apenas na região do café, com a emergência do mercado de terras e a vinda de imigrantes.

A burguesia paulista-cafeicultora teria anulado seus concorrentes, por meio da violência física (repressão às revoluções regionais a exemplo dos movimentos: Cabanada, Balaiada, Sabinada, Confederação do Equador, Revolta dos Malés e Farroupilha), mostrando-se, entretanto, incapaz para o exercício de hegemonia. O café teria contribuído para a cisão do mercado de trabalho (imigrantes e negros), reforçada pelo aspecto

étnico, e para a liquidação de outros capitais concorrentes contando com forte apoio do Estado na utilização de recursos públicos para viabilizar alianças de uns setores contra os outros.

São Paulo, segundo Francisco de Oliveira, teria construído uma *hegemonia inacabada* (dominação apenas pelo mercado), expressa pela relação da burguesia paulista com o Estado nacional, no qual jamais se colocou *por dentro*, apesar de utilizá-lo em função de seus próprios interesses. Expressar-se-ia também, através da sua relação problemática com a cultura das diversas regiões com as quais haveria intercâmbio, através da *indústria cultural*, mas não hegemonia.

A consolidação dessa forma de hegemonia seria responsável pelo aborto da industrialização em várias regiões ou províncias, pelo desrespeito aos direitos sociais e pelo culto ao autoritarismo.

Considerações finais

As representações do Nordeste, ora descritas, expressam um tipo particular de luta em torno das classificações: são *enunciados performativos que pretendem que aconteça aquilo que enunciam* (Bourdieu, 1989:118). Pretendem que o Nordeste seja reconhecido, permanentemente, como *região* que necessita de atenção especial do Estado central.

A *questão Nordeste* se constrói e se reproduz como *realidade* histórica e enquanto representação social. Como *realidade* histórica relaciona-se ao desenvolvimento do capital, de modo desigual e combinado no país, ocasionando na Região, em relação ao Sudeste, um menor desenvolvimento industrial, os maiores índices de pobreza, as mais altas taxas de mortalidade infantil, o menor índice de esperança de vida ao nascer, as mais altas taxas de desemprego e o maior índice de analfabetismo.

No plano das representações sociais a *questão* é constantemente reproduzida e re-atualizada, mas passível de modificações conforme interesses em jogo, sendo exemplar nesse sentido o *trabalho político* atual – com apoio da mídia – de construção de idéias como as de *Região emergente, Região paraíso ou Região promissora* oferecidas aos investidores de fora.

Re-visitando a *Questão do Nordeste*: representações de uma região-problema

Enfim, a *questão Nordeste* não é um *falseamento* da realidade ou *descolamento* entre realidade e representação, mas, um conjunto de relações específicas que se revelam na forma do *pacto inter-regional* em vigor e através das carências antes mencionadas, propiciando diversas possibilidades de representações (como as que foram apresentadas ao longo deste trabalho, a que desponta e outras que podem surgir) uma vez que a Região não é unidade econômica, política ou cultural, altera-se em função das divisões do trabalho e comporta diferentes interesses econômicos e políticos cuja dinâmica depende das circunstâncias.

Bibliografia

- ABREU, J. Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 1930.
- ALENCAR, José de. *O Sertanejo*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1965.
- ALMEIDA, José Américo de. *A Bagaceira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.
- BARTHES, Roland. *O Óbvio e o Obtuso*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989.
- BRASIL. *Cadernos da comissão especial mista que estuda o desequilíbrio econômico inter-regional brasileiro*. Brasília: Senado Federal, 1992.
- _____. *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste* (estudo elaborado pelo grupo de trabalho para o desenvolvimento do Nordeste). Recife: SUDENE, 1967.
- CARLEIAL, Liana Maria Frota da. A questão regional no Brasil contemporâneo. LAVINAS, Lena et al. *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1993.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. *O Nordeste e o regime autoritário: discurso e prática do planejamento regional*. São Paulo: HUCITEC, 1987.
- CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. São Paulo: Brasiliense, 1967.
- CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995.
- DINIZ, Clélio Campolina. Dinâmica regional recente e suas perspectivas. AFFONSO, Rui de Britto, SILVA, Pedro Luís Barros (Orgs.). *A Federação em perspectiva: ensaios selecionados*. São Paulo, FUNDAP, 1995.
- DOMINGOS NETO, Manuel. *A fala do coronel: O poder no Nordeste dos vaqueiros*. Fortaleza: UFC, 1997b, mimeo.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Nacional, 1985.
- _____. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Paulinas, 1989.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Globo, 1989.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- _____. *O Nordeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.
- _____. *Região e tradição*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.
- _____. *Manifesto regionalista*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1976.
- FURTADO, Celso. *A Fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____. *A Fantasia desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- _____. A constatação do GTDN e as exigências da atualidade. *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, nº 28, 1997. Entrevista concedida a Adriano Sarquis Bezerra e João Salmito Filho.

- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- JOVCHELOVITCH, Sandra, GUARESCHI, Pedrinho (Orgs.). *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.
- KOSTER, Henry. *Viagem pelo Nordeste do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1941.
- LANDIM, Teoberto. *Seca: estação do inferno*. Fortaleza: EUFC, 1992.
- LAVINAS, Lena. *Desigualdades regionais e retomada do crescimento num quadro de integração econômica*. Brasília: IPEA, 1997.
- LEVINE, Robert et al. O poder dos Estados: análise regional. São Paulo: DIFEL, 1975. *História da Civilização Brasileira*, v. 3, Tomo I.
- LUCKMANN, Thomas & BERGER, Peter L. *A construção social da realidade*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985.
- MALLORQUIM, Carlos. O pensamento econômico latino-americano. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, nº 41, 1995. Entrevista a Celso Furtado.
- MAMEDE, M^a Amélia B. *A construção do Nordeste pela mídia*. Fortaleza: IOCE, 1996.
- MARANHÃO, Silvio (Org.). *A questão nordeste: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- MARKUSEN, Ann R. Região e regionalismo. *Espaço e Debate*, V. I, nº 2, 1981.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã - Teses sobre Feuerbach*. São Paulo: Moraes, 1984.
- MARTINS, Paulo Henrique N. O Nordeste a questão regional. SILVA, Marcos A. da. *República em migalhas: História Regional e Local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- MENEZES, Djacir. *O Outro Nordeste: ensaio sobre a evolução social e política do Nordeste da 'Civilização do Couro' e suas implicações históricas nos problemas gerais*. Fortaleza: EUFC, 1995.
- OLÍMPIO, Domingos. *Luzia-Homem*. São Paulo: Três, 1972.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflitos de classe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. A questão regional: a hegemonia inacabada. *Estudos Avançados*. São Paulo: USP, nº 18, 1993.
- PATROCÍNIO, José do. *Os Retirantes*. São Paulo: Três, v.I e II, 1972.
- PENNA, Maura. *O que faz ser Nordestino: identidades sociais, interesses e o escândalo Erundina*. São Paulo: Cortez, 1992.
- PERRUCCI, Gadiel. A formação histórica do Nordeste e a questão regional. MARANHÃO, Silvio (Org.). *A questão Nordeste*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- QUEIROZ, Rachel. *O Quinze*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.
- RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1983.
- SAID, Edward W. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *O Regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional*. São Paulo: Moderna, 1984.
- SOJA, Edward W. A Geografia Histórica da reestruturação urbana e regional. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- SPIX, Johann Baptist Von, e MARTIUS, Carl Friedrich Phil. *Viagem pelo Brasil através dos sertões*. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: EDUSP, 1981.
- TÁVORA, Franklin. *O Cabeleira*. São Paulo: Ática, 1988.

Re-visitando a Questão do Nordeste: representações de uma região-problema

TEÓFILO, Rodolfo. *A Fome*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

VAINER, Carlos. Regionalismos contemporâneos.
AFFONSO, Rui de Brito Álvares, SILVA, Pedro
Luís Barros (Orgs.). *A Federação em Perspectiva:
ensaios selecionados*. São Paulo, FUNDAR, 1995.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*.
São Paulo: Pioneira, 1987.